

 **diferencial**
c o n c u r s o s



**CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

2022

**200 QUESTÕES
COMENTADAS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
(Art. 127 ao 130-A)**

APOSTILA DIGITAL

200

Questões fundamentadas
Do Ministério Público

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila digital de 200 Questões Fundamentadas
Do Ministério Público**

acesse o site:



S U M Á R I O

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	59
Bibliografia.....	101

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

O Capítulo IV- Seção I - Do Ministério Público – Art. 127 a 130-A - do TÍTULO IV da CF vem sendo exigido no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A apostila de 200 questões fundamentadas do Ministério Público é mais um instrumento colocado à disposição do concursando para auxiliá-lo no alcance de seu objetivo, ou seja, aprovação num concurso público.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

:

Wilma G. Freitas

QUESTÕES**1. Complete a lacuna.**

O membro do Ministério Público vitalício só poderá perder o cargo em virtude de

- decisão do colégio de procuradores**
- sentença judicial transitada em julgado**

2. Julgue as seguintes afirmativas:

- I. O Chefe do Ministério Público do Estado é o Procurador-Geral da Justiça, que será nomeado pelo Governador do Estado, após aprovação da Assembleia Legislativa.
- II. Uma das funções institucionais do Ministério Público é a defesa judicial do índio.
- III. Privativamente a ação civil pública é uma das funções institucionais do Ministério Público.

Está(ão) correta(s):

- a) Nenhuma.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas.

3. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O Ministério Público, por ser órgão essencial à Justiça, pertence ao Poder Judiciário.

VERDADEIRA

FALSA

4. Julgue as afirmativas a seguir:

- I. Ao membro do Ministério Público é vedado exercer qualquer outra atividade pública, exceto quando em disponibilidade, que poderá exercer atividade político-partidária.
- II. Os Procuradores-Gerais de Justiça poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo.
- III. Ao membro do Ministério Público é vedado exercer a advocacia, exceto nas hipóteses previstas em lei.

Está(ão) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) I e II.

5. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A Constituição admite a redução dos subsídios dos membros do Ministério Público.

-) FALSA.
) VERDADEIRA.

6. O chefe do Ministério Público da União é o:

- a) Procurador-Geral do Trabalho.
- b) Procurador-Geral da Justiça Federal.
- c) Procurador-Geral da Fazenda.
- d) Procurador-Geral da Justiça.
- e) Procurador-Geral da República.

7. Complete a lacuna.

Para o Procurador-Geral de Justiça é permitida recondução.

-) a
) uma

8. Julgue as afirmativas a seguir:

- I. É vedado ao membro do Ministério Público participar de sociedade comercial, ainda que não figure como sócio gerente.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público, a unidade, a indivisibilidade e a irredutibilidade de subsídios.
- III. Formalmente, devido ao critério da harmonização, podemos afirmar que o Ministério Público pertence ao poder executivo e judiciário ao mesmo tempo.

Está(ão) correta(s):

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) Nenhuma.

9. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O impedimento ao membro do Ministério Público de exercer a advocacia não o impede de, em processo no qual seja réu, fazer a própria defesa, sem advogado.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

10. O Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público é o:

- a) Procurador-Geral da República.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Presidente da República.
- d) Procurador Regional mais antigo.
- e) Procurador-Geral de Justiça.

RESPOSTAS

1.

Resposta: Sentença judicial transitada em julgado.
Fundamento
Art. 128, § 5º. I. “a” da CF
Os membros do Ministério Público adquirem vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício na carreira, mediante aprovação em concurso de provas e títulos, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
Uma vez no cargo, os membros do Ministério Público somente podem ser removidos ou promovidos por iniciativa própria, e não de ofício, isto é, não por iniciativa de qualquer autoridade, salvo em uma única exceção: por motivo de interesse público, mediante decisão de órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

2.

Resposta: A
Fundamento
Art. 6º, caput da LC 40/1981
A nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos estados também obedece à regra constitucionalmente prevista, segundo a qual os Ministérios Públicos dos estados formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução (art. 128, § 3º).
Note-se que, na nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos Estados, há duas diferenças em relação à nomeação do Procurador-Geral da República: (I) a não participação do Poder Legislativo estadual na escolha e nomeação do Procurador-Geral de Justiça (na nomeação do Procurador-Geral da República há participação obrigatória do Senado Federal); e (II) a permissão para apenas uma recondução do Procurador-Geral de Justiça (o Procurador-Geral da República pode ser reconduzido no cargo indeterminadamente, desde que haja aprovação do Senado Federal).
Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional regra da Constituição estadual que condicione a nomeação do Procurador-Geral de Justiça à prévia aprovação do Poder Legislativo local (Assembleia Legislativa), por consagrar critério discrepante do estabelecido no art. 128, § 3º, da Carta Federal e do princípio da independência e harmonia dos Poderes.
Art. 129, caput, V da CF
Art. 129, caput, III da CF
Art. 5º, caput, I ao V da 7.347/1985

Podem propor ação civil pública (sujeitos ativos):

- I Ministério Público;
- II Defensoria Pública;
- III União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV Autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;
- V Associação que, concomitantemente:
 - a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;
 - b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico

3.

Resposta: F**Fundamento**

A Constituição Federal, em plena harmonia com o sistema de “freios e contrapesos”, instituiu o Ministério Público como um órgão autônomo e independente, não subordinado a qualquer dos Poderes da república, consistindo em autêntico fiscal da nossa Federação, da separação dos Poderes, da moralidade pública, da legalidade, do regime democrático e dos direitos e garantias constitucionais.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. *Direito Constitucional Descomplicado*. 18ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2019.

4.

Resposta: B**Fundamento**

Art. 44, caput, IV, V da Lei 8.625/93

Art. 128, § 4º da CF

Art. 44, caput, II da Lei 8.625/93

5.

Resposta: V**Fundamento**

Hipótese que está no art. 128, § 5º, I, “c” da CF.

6.

Resposta: E**Fundamento**

Art. 128, § 1º da CF

O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação do seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal. A nomeação é para o exercício de mandato de dois anos, permitidas

sucessivas reconduções. Porém, em cada recondução, haverá a necessidade de nova aprovação do Senado Federal, sempre por maioria absoluta (não há limite para o número de reconduções). A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. *Direito Constitucional Descomplicado*. 18ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2019.

7.

Resposta: uma
Fundamento
Art. 9º, caput da Lei 8.625/93
A nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos estados obedece à regra constitucionalmente prevista, segundo a qual os Ministérios Públicos dos estados formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução (art. 128, § 3º da CF).

8.

Resposta: E
Fundamento
Art. 128, § 5º, II, “c” da CF
Art. 237, caput, III da LC 75/1993
Art. 24, caput, I da LC 40/1981
Art. 44, III da Lei 8.625/1993
Art. 127, § 1º da CF

9.

Resposta: F
Fundamento
Art. 128, § 5º, II, “b” da CF
O STF entende inconstitucional a autodefesa, em face da proibição de advogar.

10.

Resposta: A
Fundamento
Art. 130-A, caput, I da CF

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 35ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2019.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 18ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Editora Método, 2019.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 28ª ed. – São Paulo: Editora Método, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32ª Ed. Editora Forense, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 27ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2019.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 : Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

200

Questões fundamentadas
Do Ministério Público

LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981: Estabelece normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993: Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993: Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019: Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

COMO ADQUIRIR

30,00	200 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - Art. 127 a 130-A da CF
--------------	---

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) PIX

CPF: **099.911.856.07**

Favorecido: **Giovanni Gomes Esteves**

Banco: **Caixa Econômica**

B) Depósito em conta

Favorecido: **Giovanni Gomes Esteves**Banco: **Caixa Econômica**Agência: **3234**(Governador Valadares-MG)Operação: **013**Conta: **00000870-5** (poupança)

Envie para o nosso **WhatsApp: (33) 99128-3429**  o comprovante da transferência/depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do **PAGSEGURO**. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

WhatsApp: (33) 99128-3429 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br